

## Discurso de saudação à nova Administração do Tribunal Regional do Trabalho da 3ª Região\*

Mônica Sette Lopes

“É bem isso o que torna o nosso tempo tão irremediavelmente trágico, tão repugnante, tão desesperançado: o fato de ser um tempo da crença descrente, de todos os ideais nacionais e políticos que hoje são gritados terem um tom equivocado e soarem movidos por uma intenção, de não virem de dentro”<sup>1</sup>.

Este é um pequeno trecho de um ensaio do teatrólogo, escritor, pensador austríaco Stefan Zweig que se chama *A tragédia do esquecimento*, o qual foi composto no ano seguinte ao fim da Primeira Guerra Mundial. O ensaísta tinha a impressão de que a principal característica de seu tempo era o desejo de esquecer as vicissitudes do passado próximo. Fala de uma “misteriosa relação entre a intensidade da verdade e a aceleração com a qual ela foge à consciência: quanto mais bem-sucedido o desejo de cognição, tanto mais forte a obrigação de se libertar da pressão, do sofrimento desse conhecimento”<sup>2</sup>.

Reconheço o risco de escolher algo assim para inspirar o que deveria ser só esperança no processo de transição entre pessoas encarregadas da gestão direta do Tribunal Regional do Trabalho da 3ª Região.

Mas, como desejar aos novos administradores do Tribunal os resultados alvissareiros sabendo-os situados neste tempo e neste lugar? Como compreender o direito em geral, o direito do trabalho e o direito processual do trabalho, em especial, que são nossa matéria-prima, dentro desta quadra de tantas circunstâncias a serem *conhecidas*?

Não seria desarrazoado que optasse por fugir nesse esquecimento da dimensão aguda das coisas para me concentrar na serenidade com que se dá essa transição.

Estamos aqui irmanados. Não há mágoas. Não há rancores ou segredos escondidos como arma para minar relações. Não há armadilhas ou estratégias para capturar aqueles que não concordam conosco. Há os que saem com a consciência do dever cumprido. Há os que entram para continuar o *romance em cadeia* que o tribunal compõe na profusão dos dias em que vai armando a trama das relações entre juízes, servidores, advogados, partes, peritos, testemunhas, todos personagens de um processo muito intenso de manufatura da justiça concreta. E nós podemos festejar a graça desse acontecimento, sem medo de desagradar este ou aquele, sem medo de não pertencer a um grupo ou facção, sem medo de dizer o que pensamos e porque pensamos, essa vocação inafastável de nossa missão de juízes.

Se for me referir adequadamente aos desembargadores que deixam a administração do Tribunal, Júlio Bernardo do Carmo, Ricardo Antonio

---

<sup>1</sup> \* Como observação pertinente, cabe dizer que este texto foi preparado para a fala.

<sup>2</sup> ZWEIG, Stefan. *A tragédia do esquecimento*: um ensaio. Trad. Kristina Michahelles. Org. Alberto Dines. Rio de Janeiro, Zahar, 2013, edição digital, posição 66.

<sup>3</sup> Op. cit., posição 40.

Mohallem, Luiz Ronan Neves Khoury, Fernando Antônio Viégas Peixoto e César Pereira da Silva Machado Júnior, poderei falar de amizade, de compreensão, do entendimento do que significaram as opções que tomaram no curso de seu processo de administrar.

E se for falar dos desembargadores que iniciam sua gestão Marcus Moura Ferreira, no cargo de presidente; Márcio Flávio Salem Vidigal, 1º vice-presidente; Lucilde D`Ajuda Lyra de Almeida, 2ª vice-presidente; Rogério Valle Ferreira, corregedor e Fernando Luiz Gonçalves Rios Neto, no cargo de vice-corregedor, e está é aparentemente a minha função aqui hoje, a de representar a voz de todos a escancarar-lhes o desejo de sucesso, talvez bastasse enfatizar em cada um o fruto de uma convivência que vai longe e que é cheia de ternura e afeto, sentimentos que talvez sejam incompatíveis com a formalidades deste momento, mas que são pertinentes na substância dele, naquilo que dele deve permanecer.

Do Desembargador Marcus Moura, o curso de direito na UFMG, a turma de 78 de tantos vínculos com este Tribunal, a presidência do CAAP, a advocacia intensa, o promotor fazendo júris no sul de Minas, o juiz aprovado no concurso de 1987, juntamente com Desembargadora Lucilde, o presidente da AMATRA, aquelas reuniões de tantos debates, a sala cheia de fumantes quando ainda se fumava no espaço interno, o leitor cheio de curiosidades, o gosto imenso pelas palavras mais bem escolhidas e mais do que tudo isso o marido da Eugênia, o pai da Luciana e do Marcus Augusto, o avô da Clarinha, essa sim a quintessência de ser.

O Desembargador Márcio Vidigal, meu colega do concurso de 1989, juntamente com os Desembargadores Rogério e Fernando. O advogado militante a seguir a trilha de correção absoluta do pai, Dr. Wilson Vidigal, o juiz que se transmuda em estudante e vai a Roma para a defesa de doutorado, o poeta, o marido da Lisieux, o pai do Flávio, da Maria Laura, da Maria Vitória, da Maria Luíza e o avô do Artur, do João e do Francisco.

A Desembargadora Lucilde, o mestrado sobre o tema do trabalho a domicílio, concluído na PUC/MG, entre nós a familiaridade de sermos contraparentes – eu, a avô do Dhomini, de cuja morte soube há poucos minutos e nasceu lá em casa, fruto do acasalamento da nossa Lys com Vênus, não a deusa, o planeta, o qual era neto do Dr. Lay de Freitas, que deve ser se não o decano, um dos mais antigos advogados militantes na Justiça do Trabalho hoje. E ela é ainda e profundamente a mãe do Bruno.

O Desembargador Rogério, de quem sou caloura na Faculdade de Direito, da turma de 1993, de que também há muitos integrantes neste Tribunal, como se nós continuássemos aqui, o vivido e o aprendido nos detalhes dos tempos de escola.

O Desembargador Fernando, da militância estudantil, da presidência do CAAP, da experiência na assessoria do TST e também na militância da advocacia, o mestre em direito pela PUC/MG, estudando a flexibilização dos direitos trabalhistas, o professor querido de tantos alunos, o marido da Clarissa, o pai do Pedro e do Gustavo, o padrasto amoroso da Dudu.

E essa é parte fácil do que se espera que diga. A parte protegida das tensões com as quais este tempo nos constrange.

E para não fugir volto à passagem de Stefan Zweig, que parece ter sido escrita para os nossos dias. E isso não será uma coincidência. Tempo da crença descrente. De todos os ideais nacionais e políticos que hoje são

gritados num tom equivocado a soarem movidos por uma intenção, de não virem de dentro. Tempo de extrema polarização. Tempos de um não ouvir o outro, em que pese a insistência do grito, da palavra de ordem, do contra e do a favor. Cada esfera do tempo projeta essa sensação de impossibilidade, de insustentável, de trágico porque impregna-se da dimensão do que não podemos alcançar, da enormidade das soluções que se esperam de nós.

Há um poema em que Ferreira Gullar chama atenção para as armadilhas que há no mundo. Elas são muitas, ele diz. E “o que é armadilha pode ser refúgio e o que é refúgio pode ser armadilha”<sup>4</sup>. E o poema vai seguindo com a referência à bomba, ao filho e aos seus jogos, que à certeza de que a vida é pouca, de que a vida é louca, mas não há senão ela.

“E estamos todos presos nela como numa jaula. Nesta jaula que Gagárin foi o primeiro a ver de fora e nos dizer: é azul”<sup>5</sup>.

O certo, diz Ferreira Gullar, é que nesta jaula

“há os que têm. E os que não têm. Há os que têm tanto que sozinhos poderiam alimentar a cidade e os que não têm nem para o almoço de hoje.

A estrela mente. O mar sofisma. De fato, o homem está preso à vida e precisa viver. O homem tem fome e precisa comer. O homem tem filhos

e precisa criá-los.

Há muitas armadilhas no mundo e é preciso quebrá-las.”<sup>6</sup>

A questão que se coloca é como usar o direito para quebrar as armadilhas do mundo, se ele é, em si, armadilha e refúgio? Quando a lei pode ser armadilha e quando pode ser refúgio sempre em sua perfectibilidade? Quando a lei poderá ser o absoluto da solução pronta e resolver o futuro vinculando-o com tal grau de certeza que bastará para que todos sejamos felizes para sempre?

Já temos suficiente conhecimento do direito, transposto na lei como sua fonte principal, para sabermos que não é fácil assim. A lei será sempre o que fizermos dela. Se ela vinculará o futuro ou não depende tanto do processo de sua elaboração, como do modo como a adesão a ela se comporá. Não há segurança jurídica que se construa como uma jogada de marketing seja ele político, seja ele de qualquer outra natureza. No mundo dos interesses e das necessidades, as soluções são armadas numa escala de contingências que não pode ser reduzida na frase, no verbo, no modelo pré-moldado, no transe verbal da manchete ou do slogan. Não são um jogo de efeitos da lei pelo só fato de sua existência.

E aí está a graça do que há de pior e de melhor na dimensão do humano. Aí está o que cobrirá os dias deste Tribunal, no que virá, à força das modificações feitas na legislação trabalhista e processual trabalhista neste ano e no que ainda marcará o percurso tumultuário que certamente cercará o processo legislativo da Medida Provisória 808/2013.

E para falar sobre isso vou usar metáfora. Porque quero falar de detalhes e apenas deles, porque só assim se pode fazer algum sentido.

A revista Piauí de novembro trouxe um artigo Marcel Cohen intitulado *Deus e o Diabo estão nos detalhes: Notas sobre a importância do*

---

<sup>4</sup> GULLAR, Ferreira. No mundo há muitas armadilhas.

<sup>5</sup> GULLAR, Ferreira. No mundo há muitas armadilhas.

<sup>6</sup> GULLAR, Ferreira. No mundo há muitas armadilhas.

*desimportante*. São tópicos de a a z, como algumas das petições iniciais que examinamos neste Justiça, com histórias diferentes em cada um, algumas muito tristes, muito sofridas, de detalhes que parecem não interessar a ninguém. Os trombones da orquestra em Atenas, onde grassava a fome, falhavam no auge de um concerto dedicado a Wagner – debilitados pelas privações, os músicos já não tinham como soprar em seus instrumentos com o vigor necessário. O egresso do campo de concentração, Robert Antelme, mexe o café com a colher trazida pelo garçom em substituição à que caíra no chão, mesmo que não tenha posto açúcar na xícara, porque não queria fazê-lo pensar que se esforçara à toa. Sem acreditar na possibilidade de mudar o mundo, acreditava na delicadeza de mudar as coisas ao seu alcance<sup>7</sup>.

Engana-se qualquer um que ache que a situação que vivemos ser resolverá com o grito e com a raiva. Engana-se quem achar que podemos negar toda a complexidade do ato de conhecer e simplesmente nos colocarmos contra ou a favor da reforma trabalhista para que tudo funcione perfeitamente. Engana-se quem achar que podemos berrar, vociferar nossas melhores intenções e resolver tensões, dissensos, conflitos. Não é assim que a justiça acontece. Mas é na filigrana do enfrentamento do detalhe do detalhe do detalhe, de cada um deles: daqueles onde mora o Diabo, daqueles onde mora Deus. Na delicadeza com que devemos tratar e tentar mudar o mundo ao nosso alcance.

Para além de cuidar do que lhe cabe, a gestão das pessoas, do patrimônio, o cumprimento de todas as deliberações do CNJ e CSJT, a atenção para todas as formalidades nas relações de direito público que, ao mesmo tempo em que visam à segurança, implicam uma complexidade burocratizante, além de cuidar de todos esses procedimentos que são de sempre, caberá aos gestores do Tribunal, na escalada que se lhes abre a partir do primeiro dia de 2018, a sabedoria de concertar relações, de propugnar por iniciativas em todos os setores que façam com que as pessoas se manifestem, na sua diversidade, para explorar o conhecimento das várias pontas bordadas da realidade do trabalho no Brasil. As alterações na disciplina do trabalho subordinado e no processo do trabalho serão o resultado do seu encontro com a facticidade. E nada há de simples na negociação coletiva, no sindicalismo, nas relações individual e coletiva do trabalho, no processo, porque não é possível matar o passado e o costume hermenêutico que nele se formou.

Estou falando de algo que vai além dos processos e das decisões. De uma dimensão da palavra e da ação que precisa se abrir para mostrar a cena da tradução da vivência das relações de trabalho que funda os processos na sua minúcia antes de eles serem expressão da lide, antes de eles demonstrarem a facticidade por meio da prova. A cena de interação entre ponto de vista dos trabalhadores, o ponto de vista das empresas, o ponto de vista dos juízes que enfrentam as salas de audiência, dos servidores que atendem no balcão, dos oficiais de justiça que percorrem todos os lugares, dos servidores que leem a produção massificada dos recursos de revista e dos agravos de instrumento. O bancário, o frentista, o professor. O hospital, a

---

<sup>7</sup> COHEN, Marcel. Deus e o Diabo estão nos detalhes: Notas sobre a importância do *desimportante*. Piauí, n. 134, novembro de 2017, p. 64

siderúrgica, o bar da esquina. O advogado, o pautista, o procurador do trabalho. Cada um no detalhe da multifária cotidianidade.

No processo de conhecer, a palavra minuciosa que detalhar a realidade é a única esperança no sem fim que é construção um direito que seja assimilável. E que está todo por fazer ou por refazer em cada contingência de um mundo presente que nos cabe cantar exatamente da forma como o vivemos, do modo mais dilacerante como o possamos descrever como intérpretes que não se escondem das perspectivas.

O fato é que Carlos Drummond de Andrade tinha razão quando falou de seu tempo e da enorme realidade que havia e há e haverá a considerar<sup>8</sup>.

Porque nós estamos presos à vida e nos cabe olhar nossos companheiros os quais, taciturnos que estejam, nutrem grandes esperanças.

Para tempos, como o nosso, tão irremediavelmente trágicos, tão repugnantes, tão desesperançados. Para tempos de vida louca, de vida pouca, de tantas armadilhas. É melhor que não nos afastemos, que vamos de mãos dadas.

Esse tempo presente continua sendo a nossa matéria, como será do Marcus, do Márcio, da Lucilde, do Rogério, do Fernando, dos quais estaremos juntos com a nova administração do Tribunal, na consciência, sem rescaldos, da intrincada teia de detalhes que dão sentido à vida e às necessidades humanas e que se fazem direitos e que devem se transformar em realidade.

E vou terminar com uma frase que o Paulo Emílio me deu hoje, de *presente*, o nosso, o do Marcus, do Márcio, da Lucilde, do Rogério e do Fernando, ao ouvir o rascunho que li a ele na cama: Sejamos gratos a Deus pela grandeza e eternização deste momento.

---

<sup>8</sup> Aqui usa-se livremente o poema *Mãos dadas*, de Carlos Drummond de Andrade.